

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS - SP

Coragem é a palavra que deve sintetizar como a Pernambucanas escolheu enfrentar esta crise sem precedentes que impactou o mundo ao longo de 2020. Um cenário promissor projetado no mercado, transformou-se em páginas em branco, repletas de incertezas, que assolaram a todos nós. Mesmo com seus 113 anos de histórias e muitas crises superadas, a Pernambucanas nunca a havia enfrentado algo desta magnitude. No entanto, tínhamos sim uma força que não se constrói de uma hora para a outra e que certamente é o principal diferencial competitivo de uma marca: a cultura. Tudo começa e termina nas pessoas e nada supera a conexão entre elas e os aprendizados compartilhados por uma rica diversidade de gerações. Cultura que une a resiliência de uma centenária que cresceu junto com o Brasil, propostas e valores sólidos, lideranças inspiradoras e a garra de uma família brasileira, que está junto para o que der e vier. E o resultado disso é o e-NPS¹ de 86 de 14 mil colaboradores que fizeram história, e uma retomada resiliente com crescimento em vendas varejo de 14% a.a., em plena pandemia².

Jamais nos esqueceremos do dia 22 de março, quando todas as unidades da Companhia foram fechadas por conta da disseminação da Covid-19. O ano de 2020 tinha tudo para nos separar e mesmo assim foi o que mais nos uniu. Família é o nosso pilar mais forte e, juntos, escolhemos cuidar uns dos outros, do nosso relacionamento com os clientes e da saúde financeira da Pernambucanas. Parado a gente não podia ficar, então, a gente vou, consciente de que todo voz só termina bem, se ele for feito com segurança.

Torna bem se ele traduz no engajamento para realizar, inovar e evoluir

A Pernambucanas se antecipeu (inclusive na campanha de vacinação contra a gripe para os seus colaboradores) e implantou um rigoroso protocolo em todas as suas unidades para diminuir o risco de contágio, além de promover uma ágil adaptação do *home office* para as equipes administrativas. Tornou-se referência e *benchmarking* no varejo com as diversas medidas prontamente adotadas, além do pioneirismo no lançamento de um *chatbot* enviado diariamente a todos os seus colaboradores para avaliação e monitoramento de sintomas, que totalizou mais de 5 milhões de mensagens enviadas. Vale ressaltar que a Companhia apresentou um baixo número dos casos de contaminados, raras internações e nenhum óbito, o que demonstra a assertividade na reabertura de suas unidades, que inclusive antecederam outras do mercado. O gerenciamento da crise na rede social interna, com vídeos diários, lives, cartilhas com orientações, *bots*, conquistou o 1º lugar LATAM na premiação *Facebook Customer Awards for Workplace Contest*. O reconhecimento ainda mais especial veio dos nossos próprios colaboradores, que avaliaram a comunicação com o NPS de 76 na pesquisa digital interna realizada, que também constatou que 96% deles se sentiram bem informados sobre as ações adotadas e 97% se sentem orgulhosos em fazer parte da Companhia. Outro ponto de destaque foi o recorde de milhões de mensagens instantâneas pelo *Work Chat*, que foi fundamental para a integração das equipes, maior transparência e agilidade na tomada de decisão em todas as etapas, desde o fechamento até a retomada de cada unidade com o protocolo devidamente implantado em conformidade com as necessidades específicas dos decretos de diversos municípios. Juntos, acolhemos as famílias brasileiras durante a pandemia: ligamos para os clientes, implantamos o Acordo Covid-19, renegociamos dívidas, demos carência para pagamento de faturas. Foram mais de 15 milhões de ligações para orientá-los, mais de 335 mil clientes beneficiados com carência e cerca de R\$ 100 milhões em crédito, além de disponibilizarmos o curso *online gratuito de finanças pessoais* na Universidade Corporativa Digital da Pernambucanas, que internamente é muito bem aproveitada pelos nossos colaboradores, que atingiram neste ano a marca de 1 milhão de horas em mais de 150 treinamentos digitais disponíveis.

Com as lojas fechadas, nossos esforços foram direcionados para levar a Pernambucanas a todos os clientes. O faturamento do e-commerce aumentou em 1.081% a.a. Tendo em vista o aumento no volume de pedidos, readequamos toda a operação do Centro de Distribuição Araraquã: o número de colaboradores dedicados ao e-commerce aumentou em 4,2 vezes; o turno de oito horas e seis dias por semana passou para 24 horas e sete dias por semana. Também melhoramos a infraestrutura para ganhar agilidade: implantamos 30 *logins* e passamos de 6 para 11 *check outs*; aumentamos o estoque físico para elevarmos a produtividade no processo de separação de pedidos, passando de 75 mil para 130 mil peças. Outra evolução foram novas parcerias em marketplaces, que servem como vitrines para o nosso sortimento e canal adicional para captação de clientes para o nosso ecossistema.

Uma retomada rápida, com protocolo eficiente, estrutura *digital* madura e muita energia marcaram a reabertura das nossas lojas, que, em um primeiro momento, atuaram como correspondente bancário, com tomem de autoatendimento na frente das lojas, o que nos proporcionou um bom índice de recebimento sobre a carteira (20% e baixa degradação (-2 p.p.) contra o ano anterior, mantendo a Companhia bem capitalizada. A evolução das iniciativas *digitais*, que já fazia parte da experiência de compra proporcionada pela marca reconhecida com o prêmio na categoria *Omnicanalidade*, pelo *Lide Varejo* (pelo segundo ano consecutivo), ganharam ainda mais força. E assim, outros importantes avanços foram feitos, como a estratégia de vendas pelo WhatsApp, no modelo *drive thru*, embrião do que será o nosso canal para revendedores, oferecendo conveniência e mais um canal de compra aos clientes, além de adicionar R\$ 38 milhões em vendas para a Companhia no ano, o *roll out* do "Clique e retire" (*pick up in store*) em todas as unidades, já representando -38% das vendas dos canais onde a modalidade é aplicável³; inauguração da 3ª loja conceito na icônica unidade da Consolação (SP); habilitação de 100% das lojas para operar o RFID, que hoje conta com cinco categorias *apts*; *upgrades* e desenvolvimento de novas funcionalidades nos apps do Varejo e do Cartão que têm contribuído para uma melhor experiência para os nossos clientes, colaborando para o crescimento exponencial do e-commerce no ano. As vendas *digitais*, após o crescimento de 55% a.a. passaram a ter representatividade de mais de 15% no total das vendas em 2020, um acréscimo de 6 p.p. contra o ano anterior. Assim, expandimos nossa base de clientes *digitais* que apresentamos maiores NPS (+3 pontos), frequência de compra (+67%) e *ticket médio* (+109%).

Com NPS de 77%, a Pernambucanas também conquistou o 1º lugar na 18ª ed. do *Estudo Empresas que Mais Respeitam o Consumidor*, na categoria Lojas de Departamentos - Vestuário em 2020, o que demonstra o reconhecimento dos clientes pelo nosso atendimento de excelência e pelas iniciativas adotadas pela Companhia, que certamente se revertem na vinculação deles com a marca. Reconhecida como a 3ª mais inovadora no setor de comércio no país, pelo *Ranking Valor Inovação 2020*, aceleramos ainda mais e nos reinventamos em todas as frentes do negócio. Oitavas o ciclo de desenvolvimento de produtos passando de 175 dias para 40 dias, o sortimento ficou ainda mais completo com 7 novas categorias, além de novas parcerias, contando com a forte atuação do Laboratório Comercial, que somado às linhas de bebê, esportiva, bijuterias, brinquedos e acessórios para pets, potencializou o nosso portfólio de beleza com a Multi B, do Grupo Boticário, em 45 lojas, além de expandir ainda mais a venda de produtos Jequití para 412 lojas, que juntos contribuíram com mais de R\$ 48,6 milhões em vendas no ano. Vale reforçar que já são 258 lojas com o Espaço Beleza, que permite aos nossos clientes um ambiente especial e propício à experimentação dos produtos. Outro momento marcante foi a inauguração do primeiro Espaço Disney do Brasil, em nossa loja Center Leste Aricanduva, que traz produtos licenciados exclusivos e uma experiência de compra encantadora.

Nossa capacidade de inovar expandiu os segmentos de atuação da Companhia e criou o *Pernambucanas para Empresas*, uma nova unidade de negócio B2B, que comercializa diversos produtos e oferece serviços financeiros, outro setor no qual tivemos uma evolução significativa, colaborando para o fortalecimento do nosso ecossistema ao diversificar as receitas da financeira e vincular os fornecedores por meio do crédito. A Pefisa foi a primeira *fintech* do varejo a receber autorização para operar o PIX, que já está implantado em 100% de nossas unidades. Com o forte relacionamento construído com nossos clientes, somado à identificação deles com o perfil dos nossos colaboradores, que sabem orientá-los da melhor forma, a democratização desse novo meio de pagamento e a inclusão digital financeira tornam-se cada vez mais presentes no dia a dia de milhares de brasileiros, fazendo com que a Pernambucanas chegue a mais de 306 mil clientes cadastrados, mais de 5 milhões de contas digitais, 1,2 milhão de cartões emitidos no ano, e R\$ 3 milhões transacionados na carteira digital, que agora conta com nos parceiros, como *Food* e *McDonald's*. Nossa *fintech* Pefisa assume um novo valor no mercado e evidencia seu potencial para ser um dos maiores bancos digitais do Brasil. Além disso, segue ampliando seu portfólio, com novos produtos como o *microseguro* "Cuidar Mais Pernambucanas", em parceria com a AXA, com foco na saúde e bem-estar dos nossos clientes.

A Pernambucanas encerra o ano de 2020 com o marco de 412 lojas, combinando resultados financeiros com prosperidade social, e segue firme transformando o seu propósito de *Evoluir junto com as famílias brasileiras* em ação. Juntos, acolhemos o nosso país, gerando mais de 1.100 empregos diretos nas 38 novas lojas inauguradas que somaram R\$ 125 milhões em vendas, 43 mil apólices de seguros, 55 mil assistências, 115,5 mil cartões emitidos e 40,5 mil contas digitais ativadas, colaborando para a evolução da economia e para a democratização do acesso a produtos e serviços financeiros. Nosso caminho, loja itinerante da Pernambucanas que anuncia a chegada de uma unidade da marca na região, só podia seguir rumo à estrada do crescimento. Quando caminhamos, vamos. Quando falamos de uma história de 113 anos, carregamos além de um legado, uma grande responsabilidade. Nenhuma página jamais poderia ficar em branco, isso não combinaria com a gente. Mais do que manter o seu plano de expansão em plena pandemia e levar seus produtos e serviços para outras regiões do país, a Pernambucanas levou oportunidade, acolhimento, inovação e trouxe a cor da esperança para milhares de famílias brasileiras e de vidas que ajudamos a transformar, quebrando mais um recorde com 38 novas unidades.

Juntos, acolhemos os nossos fornecedores, concedendo crédito a eles no momento em que mais precisaram e unindo nossas forças para superarmos todas as adversidades vividas pela pandemia.

Também demonstramos o nosso apoio e homenageamos nossos heróis da saúde, com a doação de 100 mil máscaras de proteção à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Hospital de Amor, Hospital Geral de Guarulhos, Hospital Regional de Sorocaba, Hospital Lourenço José e Maternidade Lídia Diniz. Já com o projeto em parceria com a editora MOL, desenvolvemos o livro "Família é tudo", escrito com a colaboração de nossos colaboradores, cuja venda em nossas lojas foi revertida ao *GRAAC*, contribuindo com R\$ 150 mil em pro do tratamento do câncer infantil.

Publicamos o 1º Relatório de Sustentabilidade da Pernambucanas (metodologia GRI), evidenciando projetos e indicadores em linha com uma atuação comprometida com os pilares sociais, ambientais e econômicos. Nesse âmbito, vale destacar a evolução do Projeto Oficina Escola, em parceria com o SENAI, e que já contribuiu para a formação de 5 turnos profissionalizantes compostos por pessoas desempregadas de baixa renda, que ganharam a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho. Só em 2020, revitalizamos cerca de 4 mil manequins, que retornaram às lojas com novo acabamento e pintura, junto a outros 30 mil equipamentos que foram restaurados ou fabricados para equipar nossas lojas. Sinônimo de eficiência, a iniciativa também gerou uma economia de R\$ 2 milhões para a Companhia com a produção interna, sendo que parte desse valor será aplicado de volta no projeto para promover mais capacidades e empregos.

Mais uma vez, a Companhia de 113 anos ratificou, por meio de estratégia convergente com os próprios valores e execução efetiva, que é possível evoluir com as famílias brasileiras e, ao lado delas, gerando resultados e acelerando as inovações. A importante retomada das vendas do varejo⁴ (+14% vs Ly) e reduziu as perdas restrições de funcionamento, possibilitada pelos protocolos efetivos, engajamento dos colaboradores (e-NPS⁵ 86) e suporte do *digital* (+65% vs Ly), somada à estratégia de crédito que apreciou a carteira (índice de cobertura⁶: 136% dez/20 vs 90% Ly), vinculou os clientes (NPS dez/20 +6 pontos vs Ly) e reduziu as perdas de crédito (Perda Líquida/ANR⁷ -3,9 p.p. vs Ly), comprou parcialmente a queda nas receitas com produtos financeiros, que foi impactada pela retração da carteira de crédito e ações relacionadas ao "Acordo Covi" com redução de taxas, tarifas, juros e maiores condições de pagamento para aliviar a vida financeira dos nossos clientes. Assim, a Pernambucanas foi capaz de gerar caixa operacional no ano, com EBITDA Ajustado positivo em R\$ 358 milhões, beneficiado ainda pela venda de 66 imóveis ao fundo CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORE DE VALORES S.A., após uma avaliação criteriosa das condições e das oportunidades do mercado imobiliário, cuja operação realizou importante ganho financeiro e levantou recursos para amortização de dívidas e equalização da estrutura de capital, trocando ativos de baixa liquidez por alta liquidez, capitalizando o *core business* do varejo de alto giro. Dessa maneira, mesmo sob um cenário adverso, foi possível crescer os investimentos em +15% contra o ano anterior, permitindo a expansão de lojas e a aceleração das inovações e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida líquida em 59% contra o ano anterior, o menor patamar de dívida dos últimos 14 anos.

Queremos dividir essas conquistas e agradecer a energia e o engajamento incondicional dos nossos mais de 14 mil colaboradores, a confiança dos nossos clientes, fornecedores e parceiros e, especialmente, aqueles que foram o nosso porquê em cada decisão, as famílias brasileiras. A mais antiga *startup* e *fintech* do país continuará se reinventando e acolhendo as necessidades dos clientes e do negócio e, no próximo ano, seguirá com seu ciclo de expansão, gerando empregos e fortalecendo o seu ecossistema de relacionamento, com sua experiência *digital*, a diversificação de seus produtos e serviços e sua capacidade de inovação, inspirando pelo compromisso com o legado que essa marca representa para nós e para o Brasil.

- 1) *Employee Net Promoter Score*, dez/20
- 2) Crescimento vendas varejo de jul/20 a dez/20 vs Ly (*Ly = last year*)
- 3) Site Pernambucanas, App Pernambucanas, tablet, WhatsApp, maio/20 a dez/2020
- 4) *Net Promoter Score*, dez/20
- 5) Estoque de PDD / Carteira acima de 90 dias de atraso
- 6) *Average Net Recivables*, 12 meses

São Paulo, 30 de março de 2021.
A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	754.845	561.752	1.514.890	1.090.673	Fornecedores (Nota 19)	1.088.484	841.978	2.009.725	1.824.723
Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	761.991	745.121	2.320.348	2.504.716	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	538.985	624.511	759.154	662.519
Estoques (Nota 9)	378.270	295.769	405.829	316.727	Salários e encargos sociais	116.328	115.056	128.170	127.109
Impostos a recuperar (Nota 11)	333.168	308.729	333.707	323.159	Impostos e taxas a recolher	104.144	86.766	113.716	92.628
Operações com derivativos (Nota 12)	143.347	78.943	143.347	78.943	Operações com derivativos (Nota 12)	117.683	39.632	117.683	39.632
Demais contas a receber (Nota 13)	81.878	82.893	178.978	179.405	Dividendos a pagar (Nota 24)	52.250	39.354	52.250	39.354
	2.453.499	2.073.207	4.899.099	4.493.623	Imposto de renda e contribuição social	45.830	54.143	59.117	54.681
					Arrendamentos a pagar (Nota 17)	233.691	188.098	233.691	151.485
					Demais contas a pagar (Nota 22)	206.606	159.765	198.880	112.591
						2.504.001	2.149.303	3.672.386	3.104.722
Não circulante					Não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	-	-	44.913	-	Fornecedores (Nota 19)	533	638	647	638
Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	-	74.127	22.736	Passivo a descoberto de investida (Nota 15)	83	75	-	-
Impostos a recuperar (Nota 11)	122.471	351.423	195.822	408.945	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	394.079	553.023	1.101.000	1.309.534
Operações com derivativos (Nota 12)	-	15.164	-	15.164	Impostos e taxas a recolher	-	-	810	1.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	68.352	47.808	352.247	295.597	Provisão para contingências (Nota 21)	25.605	24.769	477.254	470.052
Depósitos judiciais e cauções (Nota 21)	66.920	65.604	67.358	66.064	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (c))	24.293	68.298	40.300	130.818
Demais contas a receber (Nota 13)	3.019	5.902	10.261	9.304	Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.212.364	870.640	1.212.364	878.120
Propriedade para investimentos (Nota 15c)	1.319.581	1.482.042	586.922	705.379	Demais contas a pagar (Nota 22)	132.601	145.171	131.396	150.812
Investimentos (Nota 15)	526.421	650.607	590.138	862.205		1.789.558	1.662.614	2.963.770	2.741.220
Imobilizado (Nota 16)	1.375.398	1.032.330	1.375.398	805.552	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (Nota 24)	585.000	513.000	585.000	513.000
Direito de uso (Nota 17)	91.385	43.706	174.991	116.895	Capital social	1.101.339	1.214.491	1.101.331	1.214.491
Intangível (Nota 18)	3.573.547	3.694.586	3.472.177	3.307.841	Reservas de lucros	47.156	228.385	47.156	228.385
					Ajuste de avaliação patrimonial	1.733.487	1.955.876	1.733.487	1.955.876
						-	-	(367)	(354)
					Participação dos não controladores	-	-	-	-
					Patrimônio líquido total	1.733.487	1.955.876	1.733.120	1.955.522
					Total do passivo e patrimônio líquido	6.027.046	5.767.793	8.369.276	7.801.464
Total do ativo	6.027.046	5.767.793	8.369.276	7.801.464					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Atribuível aos acionistas da controladora		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção				
Saldo em 1º de janeiro de 2019	460.000	381.342	84.310	1.013.965	-	1.939.617	(354)	1.939.263
Impacto da retificação de erros	-	-	-	(33.768)	-	(33.768)	-	(33.768)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	268.673	268.673	-	268.673
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	1.010	-	-	-	1.010	-	1.010
Outros resultados abrangentes do exercício - Hedge Accounting	-	4.116	-	-	(1.068)	3.048	-	3.048
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	5.126	-	-	267.605	272.731	-	272.731
Aumento de capital - 17 de abril de 2019 (Nota 24)	53.000	-	-	-	(53.000)	-	-	-
Perda em investimento - variação no percentual da participação no Hotel Jatiúca S.A.	-	-	-	-	-	(267)	(267)	(267)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 24)	-	-	13.434	-	(13.434)	-	-	-
Dividendos propostos - R\$ 0,49 por ação (Nota 24)	-	-	-	-	(64.354)	(64.354)	-	(64.354)
Retenção de lucros (Nota 24)	-	-	-	136.550	(136.550)	-	-	-
Total das transações com acionistas	-	(158.083)	13.434	136.550	268.673	(64.354)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	513.000	228.385	97.744	1.116.747	-	1.955.876	(354)	1.955.522
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	108.955	108.955	(13)	108.942
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	768	-	-	768	768	-	768
Outros resultados abrangentes do exercício - Hedge Accounting	-	4.314	-	-	5.082	9.396	-	9.396
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	5.082	-	-	114.037	119.119	(13)	119.106
Aumento de capital - 21 de julho de 2020 (Nota 24)	72.000	(186.311)	-	-	(72.000)	-	-	(186.311)
Dividendos complementares em 26 de novembro de 2020 - R\$ 0,78 por ação	-	-	-	-	(117.300)	-	-	(117.300)
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	14.353	-	-	14.353
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 24)	-	-	5.448	-	(5.448)	-	-	-
Dividendos propostos - R\$ 0,34 por ação (Nota 24)	-	-	-	-	(52.250)	(52.250)	-	(52.250)
Retenção de lucros (Nota 24)	-	-	-	(15.661)	15.661	-	-	-
Total das transações com acionistas	-	(186.311)	5.448	(15.661)	114.037	(169.550)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	585.000	47.156	103.192	998.139	-	1.733.487	(367)	1.733.120

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 412 lojas (2019 - 375 lojas). Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controladora Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). A Companhia atua, ainda, no ramo hoteleiro por meio de investimentos no Hotel Jatiúca S.A., localizado em Macaé, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo-SP. A Companhia, em conjunto com as empresas controladas, compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente.

1.1. Esclarecimentos sobre os impactos da Covid-19

As implicações da Covid-19 no cenário econômico e nas percepções de riscos e de incertezas do mercado, resumimos abaixo como a Companhia enfrentou a crise, bem como os principais impactos em resultados advindos da mesma. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia da Covid-1

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.2. Normas e interpretações não vigentes – novos CPCs
(a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)
As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não tem operações que se enquadre nesta norma.
(b) Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16)
As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. Administração entende que a adoção dessa norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
(c) Outras normas
- Concessões de aluguel relacionadas à Covid-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16).
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Consolidado
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as sociedades controladas e controladora estão descritas na Nota 15.

2.4. Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas e da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.
(b) Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros
2.6.1 Classificação
O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.
(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.
(b) Custo amortizado
Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros
Ativos financeiros, exceto aqueles alocados ao valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de impairment poderia incluir, dentre outros:
• Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
• Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
• Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por impairment para todos os ativos financeiros.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge
Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em "Receitas ou despesas financeiras". O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 12.

2.8. Devedores por vendas, serviços e financiamentos
As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decorrer normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para impairment.

2.9. Ajuste a valor presente
O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. Essa taxa em 31 de dezembro de 2020, correspondia a, em média, 0,23% ao mês (2019 – 0,48% ao mês).

2.10. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.11. Ativos intangíveis
As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de desenvolvimento, que não atendem ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As vidas úteis estimadas são as seguintes:
Licenças de software 5 anos

2.12. Imobilizado
O imobilizado, exceto edificações e terrenos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 16. O Grupo adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 2.15. O Grupo efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas em função do prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a Administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. Conforme descrito na Nota 16, a Companhia e suas controladas reavaliaram seus imóveis (terrenos e edificações) em 2016 (Nota 15 (C)), elas passaram a ser reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.
Edifícios 40 - 80 anos
Móveis e utensílios 10 anos
Instalações 10 anos
Veículo 5 anos
Aeronaves 10 anos
Equipamentos 5 anos

2.13. Propriedade para investimento
As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo. A partir da criação de uma nova unidade de negócio (imóveis) em 2016 (Nota 15 (C)), elas passaram a ser reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

2.14. Direito de uso
Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles enquadrados nas isenções), que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A composição do direito de uso está na Nota 17.

2.15. Deterioração de ativos não financeiros – impairment
Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.16. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.17. Empréstimos e financiamentos
A Administração da Companhia apresenta, no reconhecimento inicial, financiamentos ao valor justo por meio do resultado para os casos em que haja financiamentos associados com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os demais empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

2.18. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e a apoiada na opinião dos advogados do Grupo.

2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.20. Benefícios a funcionários
(a) Obrigações pós-emprego
A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, conforme Lei nº 9.656/98.
(b) Participação nos lucros e bônus
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa, cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, lucro bruto, lucro líquido e índice de endividamento.

2.21. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos custos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita, quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:
(a) Venda de produtos – varejo
A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito e financiamento.
(b) Vendas de serviços
A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.
(c) Vendas de serviços financeiros
O Grupo realiza operações de crediário próprio, venda de produtos financeiros, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediário. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.
(d) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.
(e) Receita de incorporação
As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

2.22. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

2.23. Reservas de retenção de lucros
A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro líquido, não distribuído como dividendo mínimo obrigatório e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral, o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.
Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.
(a) Provisão para impairment de devedores por vendas
As contas a receber de clientes do Grupo são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual de perda sobre os títulos em aberto. Na Nota 8, está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vendidos e a movimentação da provisão para impairment.

(b) Provisão para perdas de inventário e desvalorização dos estoques
A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.
(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo
A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é de aproximadamente dez anos. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da administração.
(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias
Como descrito na Nota 21 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.
(e) Benefício pós-emprego
Por força da Lei nº 9.656/98, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Para estes casos, a administração contratou profissionais especializados e independentes para efetuar os cálculos com obrigações pós-emprego. Esses cálculos levam em consideração diversas premissas que produzem impactos no resultado das obrigações. O valor das obrigações pode se alterar a depender das premissas utilizadas (Nota 23).
(f) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento.
O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos. Os principais dados utilizados pelo Grupo na avaliação do valor justo, classificado como nível 3, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros de valor justo ou risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos sujeito às condições da política de gerenciamento de riscos, que incluem negociações especulativas e venda a descoberto.
(a) Risco de mercado
(i) Risco cambial
A Companhia está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre de operações financeiras e comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa aos empréstimos de capital de giro originados em moeda estrangeira atrelados, substancialmente, ao dólar norte-americano. Essa exposição é protegida por operações de swaps. Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui operações de swap com o objetivo de troca de indexadores para todos os contratos de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A contratação dessas operações é efetuada nos mesmos prazos de vencimento dos contratos de empréstimos de capital de giro. A Companhia calcula a efetividade destes contratos de swaps no início de cada operação.
(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Considerando que suas atividades de negócio estão relacionadas com comercialização de produtos e concessão de crédito os quais são, substancialmente, relacionados com taxa de juros livre de risco (CDI) e risco de crédito das contrapartes (consumidores), a Companhia busca proteger-se do risco associado com taxas de juros contratando operações financeiras com riscos similares.
(b) Risco de crédito
As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). O Grupo restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.
(c) Risco de liquidez
A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por risco de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada empresa individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, será mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 a 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	1.088.484	533	1.089.017
Empréstimos e financiamentos	538.985	394.079	933.064
Arrendamentos a pagar	233.691	1.212.364	1.446.055
Demais contas a pagar (*)	124.316	67.417	191.733
	1.985.476	1.674.393	3.659.869
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	841.978	638	842.616
Empréstimos e financiamentos	624.511	553.023	1.177.534
Arrendamentos a pagar	188.098	870.640	1.058.738
Demais contas a pagar (*)	136.192	76.586	212.778
	1.790.779	1.500.887	3.291.666
			Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	2.009.725	647	2.010.372
Empréstimos e financiamentos	759.153	1.101.000	1.860.153
Arrendamentos a pagar	233.691	1.212.363	1.446.054
Demais contas a pagar (*)	116.590	66.185	182.775
	3.119.159	2.380.195	5.499.354
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	1.824.723	638	1.825.361
Empréstimos e financiamentos	662.519	1.309.534	1.972.053
Arrendamentos a pagar	151.485	678.120	829.605
Demais contas a pagar (*)	83.272	82.227	165.499
	2.721.999	2.070.519	4.792.518

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 146.061 (2019 – R\$ 92.159) na Controladora, e R\$ 146.061 (2019 – R\$ 100.904) no Consolidado.

(d) Gestão de capital
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada. O Grupo tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 20)	1.860.154	1.972.053
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.559.808)	(1.090.673)
Dívida líquida (A)	(300.346)	881.380
Total do patrimônio líquido	1.733.487	1.955.522
Total do capital (B)	2.053.833	2.836.902
Índice de alavancagem financeira – % (A / B)	15	31

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros, especificamente derivativos de balanço, são todos mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem a utilização de preços de mercado cotados, ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares (nível 2). Essas técnicas de avaliação minimizam a margem de defasagem de preços entre os ativos, porém não representam de fato o preço real na data-base destes ativos.

O valor justo das propriedades para investimentos considera na sua mensuração a utilização de taxas de descontos, rendimentos terminais, taxas de vacância e crescimento de aluguel (nível 3). Esses cálculos são efetuados por avaliadores independentes contratados pela Companhia.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Controladora relacionados com aplicações financeiras que se qualificam como caixa e equivalentes de caixa, no total de R\$ 707.664 (2019 – R\$ 510.717) na Controladora e de R\$ 1.382.113 (2019 – R\$ 961.728) no Consolidado, são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros relacionados com disponibilidades financeiras de caixa, devedores por vendas, serviços e financiamentos, depósitos judiciais e demais contas a receber, totalizando R\$ 506.019 (2019 – R\$ 375.029) na Controladora e R\$ 2.730.750 (2019 – R\$ 2.938.777) no Consolidado, são classificados na categoria de custo amortizado.

Os passivos financeiros como fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais contas a pagar, no valor total de R\$ 2.195.308 (2019 – R\$ 1.776.836) na Controladora e R\$ 4.103.179 (2019 – R\$ 3.595.585) no Consolidado, são classificados como outros passivos financeiros.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 20) e as operações com derivativos (Nota 12), no valor total de R\$ 97.535 (2019 – R\$ 464.241) na Controladora e no Consolidado, são classificados como passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de crediário próprio (Nota 8) pode ser avaliada, mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui quatro tipos de classificação:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	-	-	778.732	1.003.822
Tipo 1	-	-	837.689	747.097
Tipo 2	-	-	388.138	383.645
Tipo 3	-	-	452.008	749.982
Tipo 4	-	-	2.456.567	2.884.546
Total de contas a receber de clientes	-	-	-	-

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:

Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).

Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).

Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).

Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

	2020	Consolidado 2019
Disponibilidades e aplicações financeiras		
S:brAAA	823.987	642.879
S:brAA+	15.239	35
S:BB-	11.404	49.525
S:brBB-	-	21.413
M:ba2	17	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	650.873	357.862
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	13.370	18.959
	1.514.890	1.090.673
	2020	Consolidado 2019
Empréstimos e financiamentos e cessão de crédito		
M:Aaa.br	10.064	-
M:ba2	30.096	-
S:BB-	193.082	213.270
S:brBB+	28.382	8.840
S:brAAA	793.284	941.156
XP Investimentos CCTVM S.A.	539.532	678.178
Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	2.473	6.264
Ourinvest DTVM S.A.	28.633	42.199
Letras de câmbio	59.406	28.717
PEFISA Financiadora S.A.	-	26.250
Itaú Corretora de Valores	60.911	-
BTG Pactual	51.638	-
Poupex	31.251	-
CRI Piratini	29.518	-
Outros (substancialmente leasing)	1.884	4.181
	1.860.154	1.972.054

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M: Moody's; F: Fitch e S: Standard & Poor's.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos (ii)	29.091	26.137	114.687	104.047
Número em trânsito	18.090	24.898	18.090	24.898
Aplicações financeiras (i) (ii)	707.664	510.717	1.427.026	961.728
	754.845	561.752	1.559.803	1.090.673
Parcela classificada no circulante	(754.845)	(561.752)	(1.514.890)	(1.090.673)
Ativo não circulante	-	-	44.913	-

(i) As aplicações financeiras da Controladora são compostas de fundos de investimentos de renda fixa, atualizados pelo valor da quota em 31 de dezembro, além de Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 94,00% do CDI ou 2,61% ao ano (2019 – 94,67% do CDI ou 5,62% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante), (2019 – 99,95% do CDI).

(ii) Existe transações com partes relacionadas no montante de R\$ 77.570, sendo R\$ 52 na rubrica de caixa e bancos e R\$ 77.518 em aplicações financeiras (Nota 10).

8. Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	310.040	214.893	338.388	236.387
Contas a receber partes relacionadas (Nota 10)	451.951	530.228	-	-
Operações de crédito (*)	-	-	2.056.086	2.345.371
	761.991	745.121	2.394.474	2.581.758
Parcela classificada no ativo circulante	(761.991)	(745.121)	(2.320.347)	(2.559.022)
Ativo não circulante	-	-	74.127	22.736

(*) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela controlada PEFISA.

Os devedores por vendas, serviços e financiamentos de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Crediário próprio				
A vencer	-	-	-	-
Até 30 dias	-	-	859.251	920.586
De 31 a 60 dias	-	-	328.614	325.575
De 61 a 90 dias	-	-	224.959	222.482
De 91 a 120 dias	-	-	158.593	153.528
De 121 a 150 dias	-	-	113.448	110.811
De 151 a 180 dias	-	-	76.180	73.025
De 181 a 210 dias	-	-	56.876	53.756
De 211 a 240 dias	-	-	42.393	46.355
De 241 a 270 dias	-	-	29.640	27.818
De 271 a 300 dias	-	-	13.632	18.096
De 301 a 330 dias	-	-	9.692	7.728
De 331 a 360 dias	-	-	7.305	6.598
Acima de 361 dias	-	-	80.975	17.073
	-	-	2.001.558	1.983.431
Vencidas				
De 01 a 30 dias	-	-	56.009	168.541
De 31 a 60 dias	-	-	32.206	77.849
De 61 a 90 dias	-	-	92.046	78.041
De 91 a 120 dias	-	-	68.781	80.368
De 121 a 150 dias	-	-	63.889	75.402
De 151 a 180 dias	-	-	49.875	77.336
De 181 a 210 dias	-	-	10.308	113.055
De 211 a 240 dias	-	-	6.330	96.539
De 241 a 270 dias	-	-	1.881	92.056
De 271 a 300 dias	-	-	77	5.670
De 301 a 330 dias	-	-	29.142	19.189
De 331 a 360 dias	-	-	44.471	17.069
	-	-	455.009	901.115
	-	-	2.456.567	2.884.546
Cartões de crédito - terceiros				
	311.954	217.006	313.644	218.504
	311.954	217.006	2.770.211	3.103.050
Provisão para impairment de devedores por venda				
Ajuste a valor presente (*)	(1.914)	(2.113)	(3.087)	(2.113)
Contas a receber de clientes, líquido	310.040	214.893	2.394.475	2.581.758

(*) O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo (entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio, e a data do efetivo recebimento dos clientes).

Em 31 de dezembro de 2020, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R\$ 445.009 (2019 – R\$ 901.115), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Entretanto, historicamente observa-se que parte relevante do saldo vencido refere-se a clientes que passam por situação financeira difícil durante o exercício e que buscam regularizar suas dívidas, utilizando os recursos de caixa advindos do 13º salário e férias ao final de cada ano. O Grupo tem por prática o reconhecimento da provisão para créditos de realização duvidosa, com base no critério de perda incorrida, onde provisões são constituídas a partir da existência de um indicio de dificuldade na realização do crédito com seu cliente.

O saldo da provisão para impairment de devedores de vendas de suas controladas PEFISA, Hotel Jatiúca e Alinec em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 372.649 (2019 – R\$ 519.179), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento adotado por sua controladora e, portanto, em 2020 não houve necessidade de provisão complementar em relação ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil para a controlada PEFISA.

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	2020	Consolidado 2019
Em 1º de janeiro	519.179	485.399
Adições	732.202	724.808
Porteobimento	(108.400)	(105.609)
Reversão de provisões	(761.332)	(585.419)
Em 31 de dezembro	372.649	519.179

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, mencionada acima.

Os saldos e as transações com partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão apresentados conforme segue:

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento		Hotel Jatiúca S.A.		Muricy Sociedade Comercial Ltda.		Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.		Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerai S/C Ltda.		Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.		2020		2019	
Ativo circulante																
Caixa e equivalente de caixa (ii)	77.569	9.817	2.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.056	-	-
Devedores por vendas, serviços e financiamento líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8) (i)	451.951	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	451.951	530.228	-
Devedores por vendas – crédito cedido (ii)	20.045	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.045	-	-
Outras contas a receber (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
Dividendos a receber (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.847
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.139
Ativo não circulante																
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 13)	-	-	2.195	-	-	-	-	-	-	7	817	-	-	3.019	5.849	-
Passivo circulante																
Repasso de recursos (i)	(60.012)	-	(1.674)	-	(4.654)	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.340)	(81.883)	-
Passivo não circulante																
Empréstimos de mútuo (Nota 22)	-	-	-	-	(1.572)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.572)	(1.489)	-
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	-	-	-	(20.045)	-	-	-	-	-	-	(20.045)	-	-
Letra de câmbio (iii)	(116.056)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.056)	-	-
Demonstração do resultado																
Receitas (despesas) financeiras	-	-	(306)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123	(183)	20

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujo valores são repassados para a Financiadora no prazo médio de 05 (cinco) dias.

(ii) Operações indiretas com coligadas.

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 42.376 (2019 – R\$ 27.128).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R\$ 16.412 (2019 – R\$ 15.697).

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social a compensar				
PIS e COFINS a recuperar (i)	2.746	-	58.624	56.813
INSSOCIAL a recuperar	325.714	563.577	325.714	563.577
FINS a recuperar (iv)	42.406	62.841	42.406	62.841
Imposto de renda retido na fonte	34.343	2.647	34.575	3.032
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	345	871	345	871
ICMS a recuperar	10.252	8.372	10.252	8.372
ICMS transferência interestadual (ii)	15.711	12.069	15.711	12.069
ICMS retido substituição tributária (iii)	24.122	9.765	24.122	9.765
Outros impostos a recuperar	-	10	17.780	14.748
	455.639	660.152	529.529	732.104
Parcela classificada no circulante	(333.168)	(308.729)	(333.707)	(323.159)
Ativo não circulante	122.471	351.423	195.822	408.945

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na controladora no montante de R\$ 325.714 (2019 – R\$ 563.5

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os seguintes valores referentes a isenções foram reconhecidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa de arrendamentos de ativos de baixo valor	9.503	2.220	9.503	2.220
Despesa de arrendamentos variáveis	20.084	14.103	9.759	9.600
	<u>29.587</u>	<u>16.323</u>	<u>19.262</u>	<u>11.820</u>

(d) Informações adicionais

A Administração da Companhia entende que, pelas características atuais de seus contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário, deve adotar para fins de registro contábil, a utilização de taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento.

A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, ou seja, taxa real sobre um fluxo de caixa descontado real e a modelagem de taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real. Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento às áreas técnicas dos órgãos reguladores, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação.

	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Direito de uso					
FCD Real x Taxa Real	5,44%	1.375.398	1.032.330	1.375.398	805.552
FCD Real x Taxa nominal	9,65%	1.146.103	859.361	1.146.103	671.435
Passivo de arrendamento					
FCD Real x Taxa Real	-	1.446.055	1.058.738	1.446.055	829.605
FCD Real x Taxa nominal	-	1.232.557	892.868	1.232.557	701.758
Despesa financeira					
FCD Real x Taxa Real	-	62.646	60.363	62.646	53.884
FCD Real x Taxa nominal	-	88.902	84.096	88.866	75.055
Despesa de depreciação					
FCD Real x Taxa Real	-	162.903	112.790	162.903	101.787
FCD Real x Taxa nominal	-	118.608	96.158	118.608	86.884

18. Intangível

(a) Controladora

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total
Em 1º de janeiro de 2019				
Saldo inicial	565	28.222	9.414	38.201
Aquisições	-	12	17.333	17.345
Amortização	-	(11.840)	-	(11.840)
Transferência	-	21.611	(21.611)	-
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>38.005</u>	<u>5.136</u>	<u>43.706</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	565	234.472	5.136	240.173
Amortização acumulada	-	(196.467)	-	(196.467)
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>38.005</u>	<u>5.136</u>	<u>43.706</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Saldo inicial	565	38.005	5.136	43.706
Aquisições	-	-	64.168	64.168
Amortização	-	(16.485)	-	(16.485)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	27.073	(27.073)	-
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>48.589</u>	<u>42.231</u>	<u>91.385</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	565	261.541	42.231	304.337
Amortização acumulada	-	(212.952)	-	(212.952)
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>48.589</u>	<u>42.231</u>	<u>91.385</u>
Taxa de amortização - %	-	20	-	-

(b) Consolidado

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total
Em 1º de janeiro de 2019				
Saldo inicial	565	79.227	26.992	106.784
Aquisições	-	352	38.741	39.093
Amortização	-	(28.982)	-	(28.982)
Transferência	-	34.185	(34.185)	-
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>84.782</u>	<u>31.548</u>	<u>116.895</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	565	320.563	31.548	352.676
Amortização acumulada	-	(235.781)	-	(235.781)
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>84.782</u>	<u>31.548</u>	<u>116.895</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Saldo inicial	565	84.782	31.548	116.895
Aquisições	-	-	92.700	92.700
Amortização	-	(34.600)	-	(34.600)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	45.879	(45.879)	-
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>96.057</u>	<u>78.369</u>	<u>174.991</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	565	366.438	78.369	445.372
Amortização acumulada	-	(270.381)	-	(270.381)
Saldo contábil, líquido	<u>565</u>	<u>96.057</u>	<u>78.369</u>	<u>174.991</u>
Taxa de amortização - %	-	20	-	-

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	799.380	586.531	828.725	586.921
Fornecedores estrangeiros	40.058	49.013	40.058	49.013
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros	84.379	67.419	86.192	85.181
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	918.656	964.593
Confirming (ii)	171.471	145.771	143.012	145.771
Ajuste a valor presente	(6.271)	(6.118)	(6.271)	(6.118)
	<u>1.089.017</u>	<u>842.616</u>	<u>2.010.372</u>	<u>1.825.361</u>

Menos:
Passivo circulante (1.088.484) (841.978) (2.009.725) (1.824.723)
No passivo não circulante 533 638 647 638

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

20. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Moeda estrangeira					
US\$ 16.730 mil (2019 – US\$ 118.379 mil)	5,14 a 6,39	97.535	464.241	97.535	464.241
Moeda nacional					
CDI + 2,96% a.a.	733.102	508.222	782.750	547.384	
Debêntures (i)	CDI + 1,89% a.a.	100.269	200.000	100.269	200.000
Depósitos interfinanceiros (ii)	Taxa média de 142,32 do CDI	-	-	877.442	755.357
Prefixados (BNDES)	3,20% a.a.	-	199	-	199
Arrendamento mercantil (iii)		<u>2.158</u>	<u>4.872</u>	<u>2.158</u>	<u>4.872</u>
		<u>933.064</u>	<u>1.177.534</u>	<u>1.860.154</u>	<u>1.972.053</u>

Menos:
Passivo circulante (538.985) (624.511) (759.154) (662.519)
No passivo não circulante 394.079 553.023 1.101.000 1.309.534

(i) A Companhia detém empréstimos bancários e uma debênture com cláusulas contratuais (covenants), que requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais. Estes indicadores são acompanhados mensalmente pela Companhia e estão dentro dos limites indicados: i) a margem EBITDA mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio líquido mínimo de R\$ 700.000; iii) Dívida financeira líquida de até R\$ 1.000.000; e iv) Dívida Líquida Consolidada/EBITDA ≤ 3.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, com prazos que variam de 36 a 60 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros médios de CDI + 2,73% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022.

Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias.

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	624.511	-	662.519
2021	538.985	218.048	759.154	896.220
2022	114.579	84.975	608.983	139.201
2023	100.000	100.000	300.467	124.035
2024	92.000	50.000	95.996	50.078
2025	<u>87.500</u>	<u>100.000</u>	<u>95.554</u>	<u>100.000</u>
	<u>933.064</u>	<u>1.177.534</u>	<u>1.860.154</u>	<u>1.972.053</u>

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	97.535	97.535	464.241	464.241
Moeda nacional	<u>1.762.619</u>	<u>1.762.619</u>	<u>1.507.812</u>	<u>1.507.812</u>
	<u>1.860.154</u>	<u>1.860.154</u>	<u>1.972.053</u>	<u>1.972.053</u>

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A Administração da Companhia faz hedge dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 12), através de operações de swap, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI. Esses empréstimos objeto de hedge são mensurados ao seu valor justo, assim como os contratos de swap.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Saldo em 31/12/2019		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Controladora Saldo em 31/12/2020	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)				97.535	
Moeda nacional	708.222	721.002	51.306	(41.542)	(605.617)				833.371	
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)				-	
Prefixados (FINAME)	13	-	-	(1)	(12)				-	
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)				2.158	
	<u>1.177.534</u>	<u>766.002</u>	<u>64.101</u>	<u>(98.530)</u>	<u>(976.043)</u>				<u>933.064</u>	

Descrição	Saldo em 31/12/2018		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Controladora Saldo em 31/12/2019	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	
Moeda estrangeira	465.704	-	19.874	(2.124)	(19.213)				464.241	
Moeda nacional	613.759	311.100	71.253	(83.188)	(204.702)				708.222	
Prefixados (BNDES)	1.251	-	83	(60)	(1.088)				186	
Prefixados (FINAME)	159	-	7	(5)	(148)				13	
Arrendamento Mercantil	7.921	-	661	(226)	(3.484)				4.872	
Total	<u>1.088.794</u>	<u>311.100</u>	<u>91.878</u>	<u>(85.603)</u>	<u>(228.635)</u>				<u>1.177.534</u>	

Descrição	Saldo em 31/12/2019		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Consolidado Saldo em 31/12/2020	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)				97.535	
Moeda nacional	747.267	780.411	54.003	(44.386)	(654.329)				882.966	
Depósitos interfinanceiros	755.357	656.954	36.958	-	(571.827)				877.442	
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)				-	
Prefixados (FINAME)	130	-	29	(1)	(105)				53	
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)				2.158	
Total	<u>1.972.053</u>	<u>1.482.365</u>	<u>103.785</u>	<u>(101.374)</u>	<u>(1.596.675)</u>				<u>1.860.154</u>	

Descrição	Saldo em 31/12/2018		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Consolidado Saldo em 31/12/2019	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	
Moeda estrangeira	516.413	-	19.874	(10.333)	(61.713)				464.241	
Moeda nacional	629.129	343.600	74.159	(87.409)	(212.212)				747.267	
Depósitos interfinanceiros	834.374	75.005	56.714	(160)	(210.576)				755.357	
Prefixados (BNDES)	1.252	-	83	(61)	(1.088)				186	
Prefixados (FINAME)	341	-	30	(5)	(236)				130	
Arrendamento Mercantil	7.920	-								

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 14.353.
Em 26 de novembro, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a distribuição de dividendos complementares, no valor de R\$ 117.300.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em Assembleia dos acionistas, é como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	108.955	268.673
Lucro líquido - base para cálculo da reserva legal	108.955	268.673
Reserva legal - 5%	5.448	13.434
Lucro retido - não disponível ao acionista (i)	(89.775)	(142.330)
Lucro retido - disponível ao acionista (ii)	170.356	80.172
Lucro retido - não disponível ao acionista (iii)	(54.306)	-
Lucro retido - disponível ao acionista (iv)	20.538	-
Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos	150.320	193.081
Percentual de dividendos	34,76	33,33
Dividendos propostos	52.250	64.354

(i) Com a operação imobiliária (Nota 15 (c)), a Companhia registrou ganho de capital no montante de R\$ 92.152 (2019 - R\$ 161.153). Este montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos, quando da realização via caixa deste valor. Em 2020, houve realização de ganho na operação imobiliária no montante de R\$ 2.377 (2019 - R\$ 18.823).
(ii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos, quando da realização via caixa deste valor. Em 2020, houve a realização de R\$ 170.356 (2019 - R\$ 80.172).
(iii) Em 2020, houve a readequação e recálculo do IFRS 9, impactando a conta de retenção de lucros em R\$ 54.306. Esse montante foi excluído para fins de cálculo de dividendos.
(iv) Em 2020, houve ajustes referentes ao exercício de 2019 que foram lançados diretamente para a conta de retenção de lucros, porém, para fins de cálculo de dividendos houve a inclusão do valor na base de cálculo.

(d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia (atualmente de R\$ 585.000). Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

25. Receita

A composição das principais receitas do Grupo assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias	3.855.384	4.025.358	3.870.099	4.050.050
Ajuste a valor presente das vendas	(8.511)	(11.522)	(8.511)	(11.522)
Serviços financeiros	-	-	1.054.102	1.171.704
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	39.255	46.488
Serviços prestados	44.757	54.984	44.944	57.300
Receita bruta de vendas e dos serviços	3.891.630	4.068.820	4.999.889	5.314.020
Descontos concedidos	(123.271)	(131.892)	(128.289)	(131.893)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(949.519)	(990.434)	(1.155.594)	(1.013.484)
Receita líquida de vendas e dos serviços	2.818.840	2.946.494	3.716.006	4.168.643

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas	(1.796.100)	(1.781.258)	(1.865.890)	(1.871.862)
Despesa com pessoal	(603.786)	(592.243)	(650.254)	(637.996)
Encargos de depreciação e amortização	(87.696)	(83.942)	(109.213)	(103.412)
Despesas de transporte	(16.653)	(4.383)	(27.320)	(17.507)
Custos de publicidade	(33.297)	(40.406)	(33.828)	(42.973)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(327.426)	(320.352)	(388.397)	(378.006)
Despesa de comunicação	(9.670)	(10.417)	(18.862)	(21.614)
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	369	(389.150)	(513.301)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3 milhões por rubrica)	(262.196)	(192.900)	(330.447)	(364.333)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(3.136.824)	(3.025.532)	(3.813.361)	(3.951.004)

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aluguéis recebidos	2.069	2.971	6.069	2.971
Ganho de capital na alienação de bens (nota 15 (c))	139.625	244.172	139.625	244.172
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	2.995	19.125	2.995	19.125
Ganhos em créditos bancários não identificados	855	66	855	66
Resíduos de vale-presente e vale-troca	1.420	332	1.420	332
Produto <i>prime</i> - clube de vantagens	-	17.474	-	17.474
Bonificação por expansão de lojas	56.591	15.667	38.133	-
Venda de energia elétrica	2.093	1.417	2.093	1.417
Participação em resultados (i)	124.119	138.319	-	-
Resultado venda participação societária (ii)	137.048	-	137.048	-
Ajuste a valor justo (AVJ) Imóveis	-	-	8.359	4.654
Outras receitas	528	6.551	12.617	10.225
Total de outras receitas	467.343	446.094	349.214	300.436
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(2.819)	(3.414)	(2.819)	(4.926)
Total de outras despesas	(2.819)	(3.414)	(2.819)	(4.927)
	464.524	442.680	346.395	295.510

(i) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.
(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTA Propriedades, composta por 66 imóveis, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento (Nota 15).

28. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa financeira				
Empréstimos com partes relacionadas	(306)	(117)	-	-
Empréstimos bancários	(64.101)	(91.878)	(65.687)	(95.460)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(14.279)	(13.848)	(14.279)	(13.848)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(29.719)	(43.080)	(29.719)	(43.080)
Despesas bancárias	(2.480)	(3.062)	(2.583)	(3.187)
Outras despesas financeiras	(3.750)	(475)	(5.568)	(445)
Total das despesas financeiras	(114.635)	(152.460)	(117.836)	(156.020)
Receita financeira				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11.662	14.164	12.598	14.894
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	124	137	-	-
Varição cambial ativa	-	1.026	-	1.026
Descontos obtidos	10.181	13.934	10.181	13.934
Ajuste a valor presente - contas a receber	8.711	11.919	8.711	11.919
Atualização monetária dos depósitos judiciais	816	799	835	853
Atualização monetária do PIS e da COFINS a compensar s/redução da base do ICMS	12.899	15.054	12.899	15.054
Atualização monetária INSS a compensar	330	22.934	330	22.934
Outras receitas financeiras	1.456	1.797	1.274	2.129
Total das receitas financeiras	46.179	81.764	46.828	82.743
Despesas financeiras, líquidas	(68.456)	(70.696)	(71.008)	(73.277)

29. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	138.961	379.709	178.045	439.872
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(47.247)	(129.101)	(60.535)	(149.557)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:				
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	790	(8.303)
Resultado de equivalência patrimonial	20.698	29.499	-	-
Patrocínios e doações	(2.819)	(3.414)	(2.819)	(3.414)
Outras	(638)	(8.020)	(6.513)	(9.925)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	(30.006)	(111.036)	(69.077)	(171.199)
Corrente	(43.041)	(65.165)	(79.172)	(146.861)
Diferido	13.035	(45.871)	10.095	(24.338)
	(30.006)	(111.036)	(69.077)	(171.199)
Alíquota efetiva - %	22	29	39	39

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 15%.

30. Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado, mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dilutivo.

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	108.955	234.905
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	150.000	150.000
Lucro básico e diluído por ação - reais	0,7263	1,5660

31. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

32. Cobertura de seguros

É política do Grupo a contratação de cobertura de seguros para estoques e bens do imobilizado sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
		Controladora	Consolidado
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes	371.715	386.515
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	25.160	25.160

MARTIN MITTELDORF

Diretor-Presidente

RICHARD RAINER

Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO

Diretor-Superintendente

ABENER BÔA

Contador CRC 15P095415/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1) A Companhia e sua controlada, Hotel Jatiúca S.A., tem como política contábil, desde o exercício 2016, realizar a reavaliação dos itens do imobilizado. Contudo, o método de reavaliação para mensuração do imobilizado não é permitido por Lei no Brasil. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de investimento, imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e patrimônio líquido estão apresentadas a maior em R\$ 71.449 mil (R\$ 200.877 mil em 2019), R\$ 24.293 mil (R\$ 68.298 mil em 2019) e R\$ 47.156 mil (R\$ 228.385 mil em 2019), respectivamente, e nas demonstrações financeiras consolidadas as rubricas de imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e patrimônio líquido estão apresentadas a maior em R\$ 71.449 mil (R\$ 346.038 mil em 2019), R\$ 24.293 mil (R\$ 117.653 mil em 2019), R\$ 47.419 mil (R\$ 228.385 mil em 2019), respectivamente.

2) Conforme mencionado na nota explicativa 15(c), a Companhia efetuou conferências de imóveis no processo de contribuição ao capital de investidas de controlada, os quais foram mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas, resultando, nas demonstrações financeiras individuais, no reconhecimento de um ganho de capital no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 139.625 mil (R\$ 244.172 mil em 2019). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, transações de capital realizadas com acionistas devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Consequentemente, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentado a maior, líquido dos efeitos tributários, em R\$ 92.153 mil (R\$ 161.153 mil em 2019).

3) Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de propriedade para investimento o montante de R\$ 586.922 mil (R\$ 705.379 mil em 2019). Parte desse valor contempla imóveis arrendados e ocupados pela Companhia (Controladora). De acordo como o CPC 28 - Propriedades para investimento, a propriedade que está arrendada e ocupada por sua Controladora não se qualifica como propriedades para investimento nas demonstrações financeiras consolidadas. Os referidos imóveis, para fins das demonstrações financeiras consolidadas, deveriam ser classificados no imobilizado e mensurados ao custo, líquido de depreciação. Até a data da conclusão dos nossos trabalhos, não nos foi fornecida pela Companhia a composição do valor de custo dos imóveis arrendados pela Controladora, bem como os valores justos reconhecidos nos resultados do exercício corrente e de exercícios anteriores. Consequentemente, não nos foi possível determinar o valor dos ajustes em relação ao imobilizado e propriedade para investimentos, assim como seus efeitos em resultado e patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas", concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão dos assuntos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6Márcio Serpejante Peppé
Contador CRC 15P23301/O-8